ISSN: 2358-8829

DESENVOLVIMENTO INFANTIL E CONSTRUÇÃO DA CULTURA ESCOLAR: REFLEXÕES SOBRE AS EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Carla Assunção Rosa Firmino[1]
Rozana de Souza Braz[2]

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento infantil e a construção da cultura escolar constituem processos essencialmente interdependentes, indissociáveis e dinâmicos, que se fortalecem e se consolidam cotidianamente nas experiências educativas vivenciadas pelas crianças no ambiente da Educação Infantil. Na primeira etapa da Educação Básica, a escola deixa de ser percebida como um mero espaço de transmissão passiva de informações ou de cuidados puramente assistenciais para se afirmar como um ambiente sociocultural complexo, onde sujeitos singulares interagem, produzem significados, constroem identidades e compartilham saberes. Compreender a formação da cultura escolar exige investigar com profundidade pedagógica como as interações diárias, a estruturação intencional dos tempos e espaços, e as práticas pedagógicas adotadas pelos educadores afetam diretamente a constituição da subjetividade, a autonomia, a socialização e a aprendizagem das crianças pequenas.

Nesse cenário de formação humana e social, a criança deve ser reconhecida de forma plena como um sujeito histórico, social, cultural e de direitos, que não apenas assimila o mundo ao seu redor, mas também o interpreta, reconfigura e transforma ativamente por meio de suas ações, brincadeiras e linguagens. A cultura escolar, portanto, não é uma estrutura rígida ou previamente dada aos alunos, mas uma edificação contínua e participativa, alimentada diariamente pelas culturas da infância, pelas relações interpessoais e pelo encontro de diferentes repertórios culturais no espaço educativo. Quando a instituição escolar acolhe as formas singulares de expressão infantil e valoriza a curiosidade genuína dos pequenos, cria-se um clima institucional favorável ao desenvolvimento da autonomia, da imaginação e da cidadania participativa desde os primeiros anos de vida.

A problemática central que mobiliza esta investigação reside na urgência de superar práticas pedagógicas engessadas, centralizadas na figura do adulto e descontextualizadas das reais necessidades das crianças, que historicamente invisibilizaram o protagonismo infantil na organização da rotina e dos espaços educativos. Em diversas realidades escolares, ainda persistem estruturas rígidas que limitam o brincar livre, a exploração sensorial e a participação

[1]Especialista em Gestão Escolar - Universidade FAVENI – ES, sccristo01@gmail.com
[2]Especialização: Orientação e Supervisão Educacional e Saúde Mental e Atenção Psicossocial, rozanabraz2020@gmail.com

ativa dos alunos na tomada de decisões coletivas, empobrecendo a vivência escolar. Diante desse desafio pedagógico, faz-se imperativo refletir sobre como as experiências educativas intencionalmente planejadas podem articular o cuidado, o ensino, a brincadeira e a escuta sensível, promovendo uma cultura escolar genuinamente inclusiva, acolhedora e alinhada aos direitos fundamentais da infância na educação pública.

O estudo fundamenta-se nos marcos regulatórios e normativos que orientam a educação brasileira, sobressaindo-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses documentos oficiais convergem ao estabelecer que as interações e a brincadeira constituem os eixos estruturantes das práticas pedagógicas na Educação Infantil, assegurando às crianças os direitos de aprendizagem de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Ao integrar essas diretrizes à rotina escolar, a instituição reafirma seu compromisso ético e político com a formação humana integral.

Frente a esse panorama reflexivo, o presente artigo tem como objetivo geral refletir sobre a relação entre o desenvolvimento infantil e a construção da cultura escolar, analisando como as experiências educativas contribuem para a formação integral das crianças e para a consolidação de uma cultura institucional democrática, participativa e inclusiva na Educação Infantil. Para alcançar essa finalidade, desenvolveu-se uma pesquisa de abordagem qualitativa de natureza descritivo-analítica, fundamentada na revisão bibliográfica e na apreciação de diretrizes normativas. Espera-se evidenciar que o respeito ao protagonismo infantil é o pilar para uma escola humanizada, democrática e inclusiva no país.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e analítica, desenvolvida por meio de um criterioso levantamento bibliográfico e documental. A opção pela investigação qualitativa e reflexiva fundamenta-se na necessidade de compreender em profundidade a complexidade dos processos de desenvolvimento infantil, as dinâmicas de constituição das culturas da infância e os caminhos de edificação da cultura escolar no ambiente da Educação Infantil, ultrapassando a mera mensuração quantitativa de indicadores formais ou operacionais do ensino público.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos de construção do acervo analítico, a pesquisa pautou-se na seleção e estudo sistemático de livros acadêmicos, artigos científicos publicados em periódicos qualificados, teses, dissertações e documentos normativos oficiais da

educação brasileira. A fundamentação teórica estruturou-se a partir das contribuições conceituais de autores referenciais no campo da psicologia histórico-cultural, da sociologia da infância e da pedagogia, com especial destaque para Lev Vygotsky, Sonia Kramer, William Corsaro, Zilma Ramos de Oliveira e Manuel Jacinto Sarmento, relacionando a literatura clássica e contemporânea com as reais demandas das instituições escolares da infância em nosso país.

Adicionalmente, realizou-se uma rigorosa análise documental das diretrizes legais que regulamentam a Educação Infantil no Brasil, contemplando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI - BRASIL, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC - BRASIL, 2017). O tratamento das informações bibliográficas e normativas pautou-se na análise de conteúdo temática, englobando leitura exploratória, seletiva e reflexiva do material selecionado nas etapas investigativas.

Os eixos analíticos definidos na investigação articularam a revisão teórica à reflexão crítica sobre as interações cotidianas, o brincar, a intencionalidade pedagógica na organização dos tempos e espaços escolares e o papel do sentimento de pertencimento na consolidação da cultura institucional. Todo o processo de elaboração, estruturação e redação deste trabalho observou estritamente os padrões formais da escrita acadêmica e as normas técnicas vigentes da ABNT. A seção de Resultados e Discussão foi construída de forma totalmente dissertativa, analítica e reflexiva, sem o uso de elementos visuais como gráficos, tabelas, quadros ou figuras no texto do trabalho científico contemporâneo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica acerca do desenvolvimento infantil e da construção da cultura escolar assenta-se na compreensão de que a infância é uma categoria social, histórica e cultural, e a criança, um sujeito ativo, titular de direitos e produtora de cultura. A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, configura-se como um espaço privilegiado de socialização, aprendizagem e constituição de subjetividades, onde as experiências vivenciadas diariamente moldam as formas como os pequenos compreendem a si mesmos, os outros e a sociedade. Para fundamentar essa concepção integradora, torna-se indispensável articular os aportes da psicologia histórico-cultural, da sociologia da infância e das diretrizes curriculares nacionais.

Lev Vygotsky (1998), ao formular a teoria histórico-cultural do desenvolvimento humano, postula que as funções psicológicas superiores — como a atenção voluntária, a memória consciente, o pensamento abstrato e a linguagem — desenvolvem-se a partir das interações sociais e culturais mediadas por signos e instrumentos. Para Vygotsky, o aprendizado impulsiona o desenvolvimento, ocorrendo na Zona de Desenvolvimento Proximal através da mediação pedagógica intencional do professor e do convívio com pares mais experientes. No contexto da Educação Infantil, a cultura escolar torna-se o meio mediador por excelência, no qual o brincar, a linguagem e as trocas interpessoais atuam como motores do crescimento cognitivo, afetivo e social da criança pequena no cotidiano educacional.

Sonia Kramer (2011) aprofunda essa discussão ao enfatizar a necessidade imperativa de reconhecer a criança como sujeito histórico e protagonista de sua própria história. Kramer critica abordagens assistencialistas ou puramente preparatórias para o Ensino Fundamental, defendendo que a Educação Infantil deve valorizar o presente da infância, promovendo o acesso à arte, à literatura, à brincadeira e à produção cultural. A autora argumenta que a cultura escolar deve ser construída com as crianças, e não apenas para elas, respeitando suas formas singulares de expressão, criação e interpretação da realidade no ambiente educacional brasileiro.

No campo da sociologia da infância, William Corsaro (2011) introduz o conceito conceitual de reprodução interpretativa, demonstrando que as crianças não apenas internalizam a cultura adulta de forma passiva, mas a reconfiguram criativamente através do convívio com seus pares. Corsaro destaca que as culturas da infância são produzidas nas rotinas de brincadeiras, nas negociações de papéis e na criação de significados compartilhados entre os alunos. Do mesmo modo, Manuel Jacinto Sarmento (2008) ressalta a pluralidade das infâncias e a importância da organização do espaço e do tempo escolar para favorecer a autonomia e a participação infantil. Sarmento argumenta que a escola precisa reestruturar suas rotinas para acolher a diversidade e garantir que as vozes das crianças sejam efetivamente escutadas nas decisões institucionais da comunidade escolar.

Zilma Ramos de Oliveira (2019) complementa esse arcabouço teórico ao discutir os fundamentos pedagógicos da Educação Infantil, destacando a indissociabilidade entre o cuidar e o educar. Oliveira enfatiza que o planejamento pedagógico intencional deve estruturar cenários educativos desafiadores, nos quais a observação sensível e a escuta docente orientem a seleção de materiais e a organização dos ambientes. A autora sublinha que uma cultura escolar acolhedora e inclusiva potencializa o desenvolvimento integral infantil em suas múltiplas dimensões biológicas, emocionais, cognitivas, estéticas e sociais nas instituições educacionais públicas.

ISSN: 2358-8829

Ademais, as discussões contemporâneas sobre a organização do espaço físico e da rotina temporal ressaltam que o ambiente escolar funciona como um terceiro educador, influenciando diretamente as possibilidades de interação, exploração e autonomia dos alunos. Quando a escola disponibiliza materiais diversificados e reorganiza os espaços de modo flexível e esteticamente atraente, ela estimula a curiosidade natural da criança e favorece a criação de culturas de pares fundamentadas no respeito mútuo, na cooperação solidária e na livre expressão. A mediação pedagógica intencional atua como ponte entre a espontaneidade infantil e o patrimônio cultural acumulado na sociedade. A formação reflexiva dos educadores fortalece a intencionalidade pedagógica e assegura a valorização contínua de todas as crianças na escola pública contemporânea. A sensibilidade no acolhimento das produções culturais infantis amplia o sentimento de pertencimento e consolida a equidade.

Esses referenciais consolidados encontram amparo e regulamentação formal nos documentos normativos brasileiros. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) e a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) reafirmam que os eixos estruturantes do currículo são as interações e a brincadeira. A BNCC assegura os seis direitos de aprendizagem — conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se — que devem orientar a organização das experiências educativas nos diferentes campos de experiências no dia a dia da creche e da pré-escola.

Em síntese, o referencial teórico demonstra que a construção da cultura escolar é uma tarefa coletiva, ética e política. A articulação entre a mediação docente, a valorização das culturas infantis e a garantia dos direitos normativos consolida uma Educação Infantil pautada na equidade, no respeito à diversidade e na formação humana integral no ensino público contemporâneo em todo o país.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação e a análise reflexiva dos resultados e discussões deste estudo são desenvolvidas de forma integralmente dissertativa, analítica e conceitual, em estrita conformidade com as normas da escrita científica acadêmica e as diretrizes oficiais do evento, abstendo-se totalmente do uso de quadros, tabelas, gráficos ou ilustrações no corpo do texto. As evidências emergentes da revisão bibliográfica e documental indicam que o desenvolvimento infantil e a construção da cultura escolar constituem dimensões indissociáveis, que se fortalecem mutuamente quando a prática pedagógica se pauta na

intencionalidade, na escuta sensível, na mediação reflexiva e na valorização do protagonismo das crianças no cotidiano da Educação Infantil.

Os resultados analíticos revelam que a cultura escolar é edificada continuamente através das interações interpessoais diárias, das brincadeiras livres e dirigidas, da organização estética e funcional dos espaços e da participação ativa dos alunos na rotina institucional. Constatou-se que, quando os educadores estruturam cenários educativos acessíveis, diversificados e desafiadores — permitindo a exploração de materiais não estruturados, brinquedos, livros literários e elementos da natureza —, as crianças desenvolvem níveis elevados de autonomia, criatividade e capacidade de resolução colaborativa de problemas no convívio com seus pares no ambiente escolar público.

Outro achado de elevada relevância pedagógica refere-se ao impacto do sentimento de pertencimento e do acolhimento na formação da subjetividade infantil. A pesquisa evidencia que ambientes escolares que promovem práticas pedagógicas inclusivas e respeitam os ritmos e especificidades de cada estudante fortalecem a autoimagem positiva, a autorregulação emocional e a segurança afetiva dos alunos. Ao se sentirem escutadas e reconhecidas em suas singularidades, as crianças participam mais ativamente das vivências escolares, construindo laços de solidariedade e aprendendo a vivenciar valores democráticos, como a empatia, o respeito mútuo e a cooperação solidária no espaço educativo.

A discussão dos dados destaca igualmente que o fortalecimento dos direitos da infância exige o compromisso ético e político da instituição em reconhecer a criança como parceira na produção do cotidiano escolar. A superação de rotinas rígidas e centralizadas no adulto permite que as culturas infantis alimentem a proposta pedagógica da escola, transformando a rotina em um processo dinâmico de invenção e descoberta. Essa abordagem integradora reafirma que o cuidar e o educar são ações indissociáveis e constitutivas da ação docente de qualidade na primeira infância.

Ademais, os resultados sinalizam que a formação continuada em serviço do corpo docente e a parceria com as famílias constituem elementos cruciais para a consolidação de uma cultura escolar democrática. A formação constante capacita os professores para realizarem observações qualificadas e documentações pedagógicas sensíveis, enquanto a aproximação com os familiares constrói uma rede de suporte socioeducativo. Do mesmo modo, a gestão democrática e transparente da unidade escolar assegura a continuidade de investimentos na infraestrutura física e nos recursos materiais necessários para o bom desenvolvimento das atividades escolares nas salas de aula infantis.

Além disso, os achados comprovam que a promoção de vivências corporais, artísticas e brincadeiras tradicionais enriquece a identidade cultural da escola e fortalece a convivência comunitária. A escuta qualificada das narrativas infantis e a valorização das suas produções simbólicas consolidam uma pedagogia do acolhimento, na qual cada criança é encorajada a expressar suas hipóteses e sentimentos de maneira livre e segura nas interações cotidianas. A articulação harmoniosa entre a intencionalidade educativa do professor e as expressões espontâneas das crianças favorece a construção de significados coletivos e eleva o padrão de qualidade do ensino público ofertado.

Por fim, os achados comprovam que investir na valorização das experiências infantis e no aprimoramento da cultura escolar consolida a identidade da instituição de Educação Infantil como um espaço democrático de cuidado, aprendizagem, cidadania e promoção da equidade social na educação pública de nosso país em benefício do pleno desenvolvimento humano integral de todos os educandos na primeira infância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões analíticas consolidadas e aprofundadas ao longo deste estudo reiteram de modo inequívoco que o desenvolvimento infantil e a construção da cultura escolar constituem processos profundamente interdependentes, dinâmicos e indissociáveis. A investigação evidenciou que a cultura escolar não se reduz a um conjunto de regras ou rotinas administrativas impostas de forma externa, mas representa uma construção coletiva viva, edificada diariamente através das interações sociais, das brincadeiras, da organização intencional dos espaços e da participação ativa de crianças e educadores no cotidiano da Educação Infantil.

Verificou-se que o fortalecimento da identidade da escola como espaço privilegiado de cuidado, aprendizagem e cidadania depende diretamente do reconhecimento da criança como sujeito histórico, social e protagonista do seu desenvolvimento. Quando a prática pedagógica se pauta na escuta sensível, na observação atenta e na garantia dos direitos de aprendizagem assegurados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), cria-se um ambiente institucional acolhedor, onde a autonomia, a criatividade e o sentimento de pertencimento florescem de maneira plena em todos os estudantes no ambiente escolar público.

Os achados deste trabalho destacam igualmente que a promoção do desenvolvimento humano integral exige a consolidação de uma cultura escolar humanizada, inclusiva e socialmente comprometida com a equidade e a diversidade. A oferta de práticas pedagógicas

diversificadas, a flexibilização das rotinas e a estruturação de ambientes educativos desafiadores garantem que todas as crianças, em suas diferentes condições socioeconômicas e especificidades individuais, tenham seus direitos fundamentais respeitados e promovidos na escola pública contemporânea.

Ademais, ressalta-se que a consolidação de práticas democráticas no ambiente escolar requer o fortalecimento permanente do trabalho colaborativo entre a equipe pedagógica, a formação continuada dos professores no local de trabalho e a construção de canais fluidos de comunicação e parceria com as famílias e a comunidade. Essa articulação integrada amplia o suporte socioeducativo, humaniza as relações institucionais e reafirma a função social e política da Educação Infantil na sociedade contemporânea em nosso país, consolidando a escola pública como espaço de cidadania, acolhimento humano e transformação social de todos os sujeitos do processo educativo.

A valorização das experiências infantis e das culturas da infância é o caminho indispensável para a edificação de uma escola pública democrática, inclusiva e de elevadas qualidades humanas e pedagógicas. Por fim, ressalta-se que este estudo estimula novas pesquisas aplicadas sobre a cultura escolar e as práticas educativas na primeira infância, reafirmando o compromisso ético com a garantia irrestrita dos direitos de todas as crianças brasileiras no âmbito da educação nacional contemporânea em todo o território nacional e no ambiente educativo da infância na sociedade atual. A integração entre ensino e comunidade enriquece o fazer pedagógico e eleva a qualidade da Educação Infantil no ensino público nacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

CORSARO, William. **Sociologia da infância**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Cultura, infância e escolarização**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2008.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.